



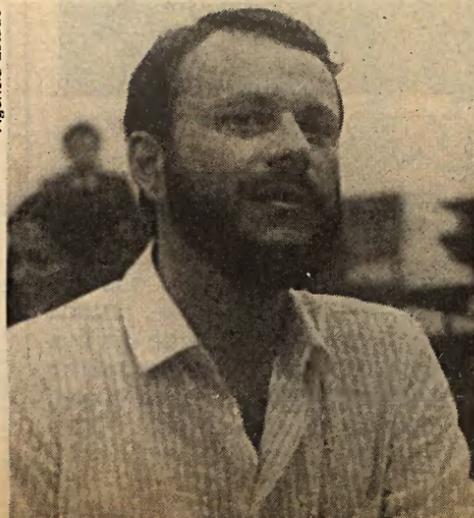
Congresso de Reestruturação será em Araraquara

Marília dedica Jornada a F. Fernandes

A produção científica do sociólogo Florestan Fernandes — um dos pensadores mais respeitados do Brasil — será objeto de profundas discussões e análises na Faculdade de Educação, Filosofia, Ciências Sociais e da Documentação, do campus de Marília, por ocasião da 1ª Jornada de Ciências Sociais. Entre os conferencistas — de várias Universidades — estarão Otávio Ianni e Fernando Henrique Cardoso.

(Pág. 9)

Agência Estado



Um papel importante para a Universidade

Com a nova política econômica do governo, o Brasil deverá adotar um modelo de crescimento que contemple tanto o aumento da riqueza como melhora a sua distribuição. E a "universidade pode e deve ser a grande matriz, a grande usina de idéias e de contribuições para a concepção" das políticas que levarão às mudanças, "não apenas na sua instrumentação, nos seus objetivos, na forma de fazer, mas também na sua substância". É a opinião do professor Luciano Coutinho (foto), secretário geral do Ministério da Ciência e Tecnologia, manifestada em entrevista ao "Jornal da UNESP", onde o tema central é o papel da Universidade no Brasil pós-inflação.

(Págs. 6, 7 e 8)

Câmara elebora política para o ensino de graduação.

A etapa final do Congresso de Reestruturação será realizada em Araraquara, nos dias 15 e 16 de maio. O documento único com as propostas apresentadas está sendo distribuído para as unidades, que nos dois dias anteriores ao Congresso devem substituir as atividades normais pela discussão das propostas. E cada Comissão Local deve enviar a relação dos cinco delegados e dois suplentes diretamente para o ILCSE, até o dia 8.

ESUNESP

Com a participação de delegados de todas as unidades, foi concluído no dia 25 de abril, em São Paulo, o Congresso dos Servidores da Universidade. Em breve será entregue ao Conselho Universitário um documento propondo mudanças no Estatuto da categoria.

UNESP e Instituto de Física Teórica assinam convênio

(Pág. 4)

Docentes avaliam desempenho da Reitoria

Na sua opinião, como foi o desempenho da Reitoria no ano passado? Esta pergunta foi dirigida a três docentes, que responderam na forma de artigos para o "Jornal da UNESP". Dióres Santos Abreu (IPEA - Presidente Prudente) faz uma retrospectiva desde a criação da Universidade, avalia o presente e apresenta sugestões para aplicação imediata; a professora Cecília Magaldi (Medicina - Botucatu) acha importante a nova relação Reitoria-comunidade; enquanto Marco Aurélio Nogueira (ILCSE - Araraquara e ACC - Reitoria) manifesta sua preocupação com o futuro.

(Págs. 10 e 11)



Jorge Nagle, Marcos Mendonça (secretário dos Negócios Metropolitanos), José Goldemberg (reitor da USP) e o governador Franco Montoro.

Governador cria Conselho de Reitores em São Paulo

O governador Franco Montoro assinou no dia 4 de abril o decreto de criação do Conselho de Reitores das universidades estaduais paulistas, órgão que possibilitará maior intercâmbio

e trabalho conjunto da UNESP, USP e UNICAMP, além de tornar viável a elaboração de políticas de ensino para o Estado.

(Pág. 5)

Paulo Renato na UNICAMP

O professor Paulo Renato Costa Souza, ex-secretário da Educação, é o reitor da UNICAMP desde o dia 19 de abril, em substituição ao professor José Aristodemo Pinotti. A lista sêxtupla, encabeçada por Paulo Renato, foi elaborada a partir de sugestões da comunidade.

Governador assina ampliação do CO

O decreto do Governador ampliando o número de membros do Conselho Universitário foi publicado no Diário Oficial de 15 de abril, atendendo deliberação do próprio colegiado que já havia sido aprovada pelo Conselho Estadual de Educação.

Os professores passarão a ser representados por cinco docentes de cada categoria (Auxiliar de Ensino, Assistente, Assistente-Doutor, Adjunto e Titular), sendo que cada um dos cinco distritos elegerá um representante de cada categoria. A representação atual de três Titulares e mais um das demais categorias (sete, no total) será ampliada para 25 membros.

Os funcionários, que atualmente contam com um único representante, passarão a ocupar um quinto das cadeiras, o que significa onze membros.

Acompanhando a ampliação, o segmento discente (que já teve sua representação duplicada de 1/10 para 1/5 no ano passado) terá de indicar mais três membros, passando então dos oito atuais para onze.

O mandato dos atuais representantes dos segmentos será respeitado e o preenchimento das cadeiras agora criadas será feito por eleição — no caso dos docentes e dos funcionários — em data a ser definida pelo Reitor. A indicação dos representantes dos alunos fica a cargo do DCE.

O número base dos membros do CO e que serve para aplicação das proporções é 52, assim distribuído: Reitor, Vice-Reitor, 21 diretores de unidades, um representante do Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza" (FA-TECs), 25 docentes, 3 representantes das Federações do Comércio, da Indústria e da Agricultura. O número total de membros atualmente é 43; passará para 74.



Esta foto foi registrada em Ilha no dia 14 de março, às 4 horas, através de uma teleobjetiva de 250 mm.

Halley foi atração em Ilha

Curiosidade, fotos, telescópios sofisticados, noites mal dormidas, paciência. Foram alguns aspectos vividos em Ilha Solteira durante a passagem do Halley e providos por professores e alunos da Faculdade de Engenharia. Com a colaboração da Cesp, foi construído um observatório perto do aeroporto onde o cometa pôde ser visto de fato.

Tudo começou com o Grupo de Observação do Halley, formado por professores e alunos interessados em obter informações sobre o astro. Foram feitos estudos e houve cursos e palestras; no observatório, foi instalado um teles-

cópio "Cassegrain" — que aumenta até 375 vezes —, dotado de uma astrocâmera e de um motor que sincroniza o movimento do aparelho com o movimento aparente da esfera celeste. "Com esse telescópio podemos observar detalhes do cometa, inclusive a composição de seus gases", explicou o professor Washington Luiz Pacheco de Carvalho.

Dispondo de duas lunetas, o observatório foi aberto à população de Ilha: "Se formavam filas enormes durante a noite toda; quase duas mil pessoas assinaram o livro de 'observadores'"; disse o professor.

Distribuição do Jornal da UNESP

A partir do número anterior, foi adotado um novo sistema de distribuição do Jornal da UNESP aos professores, alunos e funcionários. Os exemplares são remetidos da Reitoria para a Seção (ou Setor) de Comunicações de cada Unidade, que os repassa para: o chefe da Seção de Graduação, que é o responsável pela distribuição dos jornais aos alunos; o Diretor de Divisão Administrativa, responsá-

vel pela distribuição aos funcionários; os secretários de Departamento, responsáveis pela distribuição junto aos professores.

O Jornal da UNESP é distribuído também para as Universidades brasileiras — com ênfase para USP e UNICAMP — e demais órgãos e entidades voltados para a educação, pesquisa e produção científica.

RTC e JT debatem a Universidade e o mercado de trabalho

Dez páginas diárias de jornal e mais de quatro horas de gravação em vídeo, foi o resultado do trabalho conjunto da Rádio e Televisão Cultura e o Jornal da Tarde, que promoveram um amplo debate sobre a Universidade e o mercado de trabalho. Nos períodos de 31 de março a 4 de abril e de 7 a 11 desse mês, o JT dedicou uma página diária ao assunto, enquanto a RTC aproveitou o tema para lançar um novo programa — "Síntese" —, levado ao ar pela primeira vez na noite de 4 de abril, com a participação dos reitores Jorge Nagle e José Goldemberg, da UNESP e USP. No dia 11 foi a vez do reitor da PUC-SP, Luiz Eduardo Vanderley, do então secretário da Educação, Paulo Renato Costa Souza, e do empresário José Papa Júnior.

Para o diretor geral do "Síntese", Luis Antônio de Carvalho, o trabalho conjunto emissora-jornal foi uma "ideia feliz"; e justificou o interesse pelo assunto: "Educação não é mais um tema exclusivo das escolas; é um assunto discutido por toda a sociedade".

Concurso sobre Tecnologia Educacional

Estão abertas as inscrições para o III Concurso Roquete Pinto de Monografias, promovido pela FUNTEVÊ, órgão do Ministério da Educação, com um prêmio de Cz\$ 20 mil para o primeiro colocado. Os trabalhos deverão tratar obrigatoriamente de Tecnologia Educacional, seja através de abordagem teórica ou de experiências com os diferentes meios tecnológicos de ensino e sua utilização (teleeducação, radiodifusão, informática, cinema, brinquedos educativos etc).

O regulamento do concurso determina um mínimo de 50 e um máximo de 150 laudas, em papel tamanho ofício, datilografadas em espaço dois. As monografias devem ser apresentadas em três vias, sendo cada uma identificada com o título da obra e pseudônimo do autor. Em um envelope fechado, separado dos trabalhos, o autor precisa colocar seu nome, endereço, telefone e assinatura, escrevendo por fora o pseudônimo escolhido.

O vencedor, além do prêmio em dinheiro, terá sua obra editada. As monografias classificadas em segundo e terceiro lugares receberão menções honrosas. Os interessados podem enviar seus trabalhos até 15 de setembro para a Assessoria de Comunicação da FUNTEVÊ: av. Gomes Freire, 474 — CEP 20231 — Rio de Janeiro. Informações pelo telefone (021) 242-9572.

unesp

Órgão da Reitoria da UNESP — Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho".
Reitoria: Praça da Sé, 108, São Paulo. CEP 01001.

CONSELHO UNIVERSITÁRIO
Reitor: Jorge Nagle

Vice-reitor: Paulo Milton Barbosa Landim

Diretores: Roberto Holland, Lourival Larini, Carlos Landucci, Nilo Odália, Waldemar Saffiotti, Fernando Manuel de Mendonça, Ricardo Antônio de Arruda Veiga, William Saad Hossne, Waldir Gandolfi, Neivo Luiz Zorzetto, Manuel Nunes Dias, Antonio Gilberto F. Fernandes, Fernando Mesquita Lara, Wanderley José de Melo, Alvanir de Figueiredo, Amilton Ferrelra, Antonio Christofolletti, Sylvio Simões, Myrtes da Fonseca Pinto, Alfredo Leme Coelho de Carvalho, Alfredo João Rabaçal, José Ruy Ribeiro.

Representantes docentes: José Marla Menezes Campos, Percy Sampaio Camargo, Manuel Molina Ortega, Ivaldo Melito, José Guimarães Mello, Hamilton da Rosa Ferreira, Antônio Meresi.

Representantes discentes: Domingos Carneseca Neto, Eunice Maria Maziero, Ernesto Kenshi Carvalho Maeda, João de Castilho Cação, Francis Warner Raimundo Staduto, Paulo Duarte Leite Prigenzi, Sandra Maria Ferrelra, Bento Guerreiro Júnior.

Representante técnico-administrativo: Nivaldo Edson de Mello.

FAESP: Misael De Túlio

FIESP: Carlos Eduardo Uchoa

FCESP: Abram SzaJman

Este jornal é elaborado pela Assessoria de Comunicação e Cultura da Reitoria da UNESP. Endereço: Praça da Sé, 108, 4º andar — 01001 — São Paulo. Telefones: (011) 32-7171 (ramais: 184 e 186), 32-7755, 32-7757. Setor de Comunicação: José Roberto Ferreira e Antônio Alberto Prado (jornalista responsável). Setor de Cultura: Renato Barone e Plínio Silva Telles.

Arte: Celso Pupo

Pelo equilíbrio entre as três funções básicas da Universidade

Ensino, pesquisa, extensão de serviços à comunidade. Paire no ar o tripé da universidade brasileira? Sejam quais forem as combinações que se façam entre os três termos da equação, existem bons motivos para se pensar que sim. A universidade, afinal, conhece hoje profunda crise de identidade, que repercute sobre todos os seus aspectos, suportes e intenções. Não seria o tão controvertido tripé a resistir imune.

Embora definida por lei e proclamada aos quatro ventos, a "indissociabilidade" entre ensino e pesquisa, por exemplo, é mais uma afirmação de princípio (sujeita, além do mais, a múltiplas e opostas interpretações) que um dado da realidade universitária. Praticamente toda a comunidade universitária e científica brasileira reconhece hoje que a reforma de 1968 instituiu o binômio ensino/pesquisa como base da universidade mas, ao mesmo tempo, criou pouquíssimas condições materiais e institucionais para a sua real implementação e estimulou a proliferação desordenada de instituições superiores; de duvidosa credibilidade ou de escassa vocação investigadora. O binômio apenas se efetivou, a duras penas, em poucos centros de excelência, regra geral enraizados no coração do sistema de produção científica e tecnológica e responsáveis por parte considerável da melhor pesquisa realizada no Brasil. A universidade como um todo, já vitimada pelo projeto político-institucional então em afirmação no país, recebeu todo o impacto daquela "indissociabilidade" imposta de cima para baixo, sem qualquer consideração séria a respeito da multiplicidade e diversidade de situações humanas e institucionais em que se assentava (e se assenta) o ensino superior no Brasil. Forçada a "associar" ensino e pesquisa, ou seja, a se reestruturar e a rever suas funções tradicionais como que num passe de mágica, a universidade não pôde evitar que seu ensino fosse rebaixado (quase que à posição de atividade "menos nobre") e sua pesquisa se burocratizasse, transformando-se numa atividade submetida a prazos e exigências exteriores a ela. (Supérfluo recordar as honrosas exceções ou lembrar que elas apenas confirmam a regra).

A verdade é que não se conseguiu alcançar um relacionamento estável e criativo entre o ensino e a pesquisa nas instituições universitárias brasileiras. Sequer pudemos atingir e resolver o cerne da questão: como devem se integrar as atividades de ensino e de pesquisa em cada caso concreto, que pesos específicos de-



vem ter na formação universitária e na ordenação da carreira docente, como devem ser avaliados seus resultados, qual delas, em suma, é o elemento estruturador por excelência da universidade?

O que não dizer então da extensão de serviços à comunidade? Existe aí uma zona de sombra. Pouco se sabe a respeito. Quase nunca se vai muito além do reconhecimento de que a universidade deve vincular-se à sociedade que a sustenta e patrocina (derivação, aliás, da sua natural responsabilidade social). Quando se tenta um diagnóstico, porém, o quadro é desolador. Também neste caso, muitas vezes as coisas se passam como se se estivesse meramente atendendo a uma exigência formal dos estatutos ou contratos de trabalho, sem plena consciência do grande potencial embutido na idéia mesma de prestar serviços à comunidade.

No fundo, a extensão de serviços esbarra na sua própria má definição. Ausência de concepções arrojadas e de políticas específicas, seria o caso de dizer. Regra geral, é assistemática: muitas das iniciativas são efêmeras e não encontram seqüência ou desdobramentos, limitando-se a responder a certas "demandas

sociais" aleatórias ou a atender a pré-requisitos de caráter didático-pedagógico (treinamentos ou "trabalhos de campo", por exemplo). Não se completam como atividade permanente, integrada ao ensino e à pesquisa, nem conseguem estabelecer com a comunidade um vínculo de dupla direção, um leva-e-traz rico e dinâmico. Acabam assim por derivar para um terreno quase exclusivamente assistencialista. Um círculo vicioso, que não é rompido nem mesmo quando se lembra que o principal serviço que a universidade pode prestar à comunidade é o de oferecer um ensino de alta qualidade e uma pesquisa responsável e direcionada.

Por sua relevância, a questão não pode continuar merecendo o tratamento de rotina. Também (ou principalmente) aqui são urgentes idéias e proposições novas, capazes de injetar outra dinâmica à vida universitária. Se é inegável que precisamos recuperar e valorizar o ensino, bem como repensar os critérios da pesquisa e o seu relacionamento com a dimensão didático-pedagógica (pós-graduação e graduação), é igualmente verdadeiro que estamos desafiados a encontrar uma melhor definição para as atividades de ex-

tensão de serviços. Precisamos aprender a pensá-las com outro status e outra dignidade, à base de projetos multidisciplinares e abrangentes, colados à realidade viva em que está imersa a universidade e às vocações e potencialidades de cada curso, professor, departamento ou unidade. Com isto, tais atividades poderão não só levar à comunidade um serviço de melhor qualidade, como trazer para a universidade uma massa muito mais vasta e sugestiva de informações a respeito da realidade com a qual se estiver trabalhando. Em poucas palavras: integrar-se-ão dinamicamente ao ensino e à pesquisa, estruturando um tripé efetivo, forte o suficiente para sustentar e promover uma universidade moderna, sintonizada com o Brasil de nossos dias.

Tal renovação é quase uma imposição da realidade brasileira, atravessada por uma nova situação política sensível à questão social, à reinstitucionalização democrática, ao revigoramento da economia (com a recuperação do cálculo e da previsibilidade) e à revisão da política científica e tecnológica. (Ver, a respeito, a entrevista de Luciano Coutinho, secretário-geral do Ministério da Ciência e Tecnologia, nas páginas centrais deste *Jornal da Unesp*). Nos últimos vinte anos, aliás, nunca como agora reuniram-se tantas condições favoráveis ao reerguimento de nossas instituições de ensino superior. O momento é de requalificação geral. À Nova República tem que corresponder uma Nova Universidade. Pensar o ensino, a pesquisa e a prestação de serviços a partir de uma perspectiva grande, generosa, atenta às exigências sociais e competente para escapar das tentações particularistas, burocratizantes e provincianas — este o grande desafio.

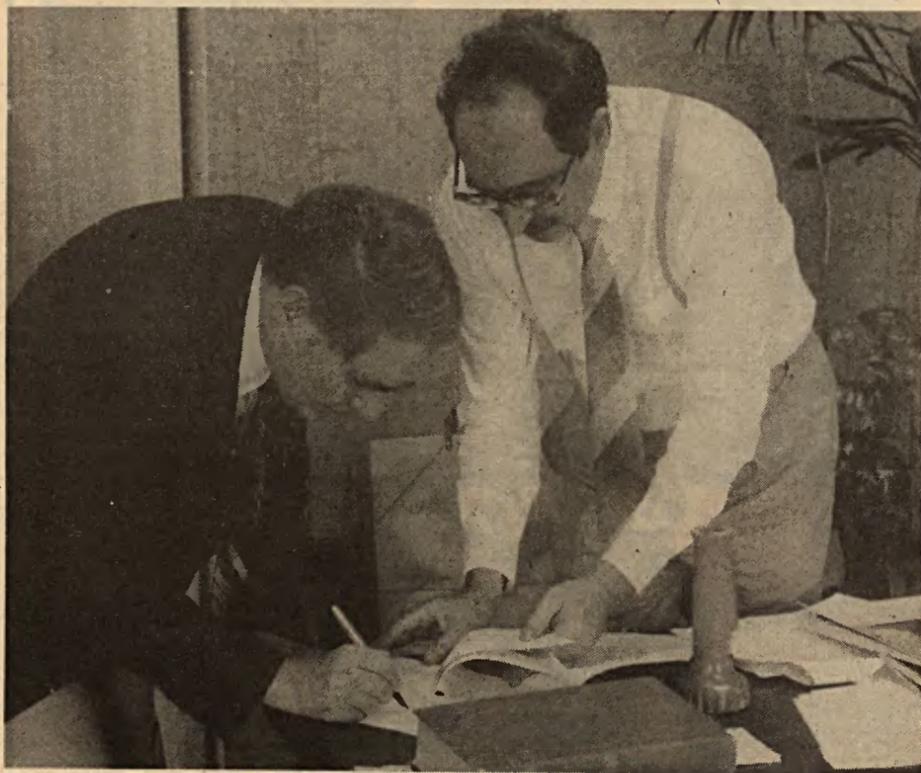
Até mesmo por sua sui generis e privilegiada inserção social, a UNESP pode e deve desempenhar importante papel neste processo, reerguendo-se com o conjunto do sistema universitário. Obstáculos e dificuldades existem de sobra, sabemos todos. Mas aqui mesmo, nesta UNESP agora em nova fase, são significativos os avanços já registrados e muito boas as chances de prosseguir. O que nos falta é sintetizar as energias dispersas e as experiências bem sucedidas, dar expressão às potencialidades e às vocações de cada curso, professor, departamento e unidade, reuni-las em projetos factíveis e criteriosos, ter grandeza e despreendimento para estabelecer prioridades e fazer opções. De resto, como na vida, não existem entre nós limites nem para a criatividade nem para a disposição de construir o futuro.

UNESP e Instituto de Física Teórica assinam convênio

O reitor da UNESP, professor Jorge Nagle, e o presidente da Fundação Instituto de Física Teórica, professor Chaim Samuel Honig, assinaram um convênio entre as duas entidades, no dia 10 de abril. O convênio — com validade inicial de dois anos — será executado através de planos de cooperação científica, com base na reciprocidade de obrigações e direitos. E prevê, como linha de ação, o “aperfeiçoamento de recursos humanos em níveis de graduação e pós-graduação, incentivando a realização de atividades conjuntas através de cursos, conferências, simpósios, estágios, publicação de trabalhos especializados e desenvolvimento de trabalhos de mestrado e/ou doutorado”.

No ato da assinatura, o reitor Jorge Nagle ressaltou a importância do convênio em função da alta qualificação, seriedade e competência dos quadros docentes do Instituto de Física Teórica e da grande contribuição já oferecida no campo dessa ciência.

O primeiro contato do pessoal do IAF com os docentes de Física da UNESP será em Rio Claro, dias 8 e 9, quando da realização de um Encontro (veja matéria na pág.11)



O professor Chaim Samuel Honig (esq.) e o professor Jorge Nagle assinam o convênio UNESP-IFT.

CCG elabora política para o ensino de graduação

Tirar do órgão o caráter cartorial que sempre o perscuiu e, como contrapartida, passar a debater e apresentar soluções para os problemas do ensino na Universidade, incluindo os exames vestibulares. Estas são as novas metas da Câmara Central de Graduação, que tem como principal objetivo neste momento, a elaboração de uma política de ensino para o conjunto da UNESP.

A providência inicial para viabilizar a nova atuação do órgão, decidida pelo presidente professor Antônio Cesar Perri de Carvalho (Faculdade de Odontologia-Araçatuba), foi duplicar as horas de trabalho nas reuniões mensais da Câmara, passando de um único período para o dia todo. Na parte da manhã são discutidos assuntos abrangentes sobre Graduação e à tarde a CCG analisa os processos enviados pela Câmaras de Graduação das unidades.

A iniciativa de CCG elaborar uma política de ensino de graduação para a UNESP partiu da constatação, pelos seus membros, de que “não existe uma diretriz que identifique o ensino na nossa Universidade, uma característica única para o conjunto das unidades” afirmou Perri de Carvalho, observando que “ainda permanecem as particularidades de cada unidade, como se elas ainda fossem Institutos Isolados”. “Nem mesmo os cursos idênticos têm uma única política de graduação” completou.

Para dar início ao projeto, a CCG solicitou às suas congêneres das unidades avaliações sobre o ensino de graduação e propostas para elaboração de uma política. E as respostas não só vêm comprovando a avaliação inicial da CCG sobre a inexistência de uma diretriz como também estão mostrando o empenho das Câmaras locais para que o objetivo do

órgão central seja alcançado. Por exemplo, um dos documentos enviados aponta que “O profissional preparado pela UNESP deverá ter formação social e humanística, de maneira que possa atuar de forma mais completa e integrada no contexto social”.

Até julho a Câmara Central vai estudar as propostas das unidades e, no segundo semestre, iniciará visitas aos campus com o objetivo de debater as propostas com as Câmaras locais. O resultado final do processo será a elaboração de um documento a ser encaminhado para o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE).

VESTIBULAR

A CCG iniciou em março um trabalho conjunto com a VUNESP — Fundação para o Vestibular da UNESP —, objetivando uma

avaliação profunda dos métodos de acesso à Universidade. Já foi solicitado à VUNESP uma revisão das normas do vestibular, especialmente no que se refere à seleção dos candidatos e correção das provas.

Foi realizada uma reunião no dia 15 de abril, com a participação também do Conselho de Curadores da VUNESP quando começou a ser discutido o conjunto de normas para o vestibular do ano que vem.

Integram a Câmara Central de Graduação os seguintes docentes: Antônio Cesar Perri de Carvalho (FO-Araçatuba), Alda Junqueira Marin (ILCSE-Araçatuba), Antônio Celso Wagner Zanin (FCA-Botucatu), Cesar Basta (FE-Guaratinguetá), Dióres Santos Abreu (IPEA-Presidente Prudente), Regina Lúcia Morelli Silva De Moraes (IGCE-Rio Claro) e Sadao Omote (FEFCS-D. Marília).

Pedagógicas: o máximo agora é mínimo

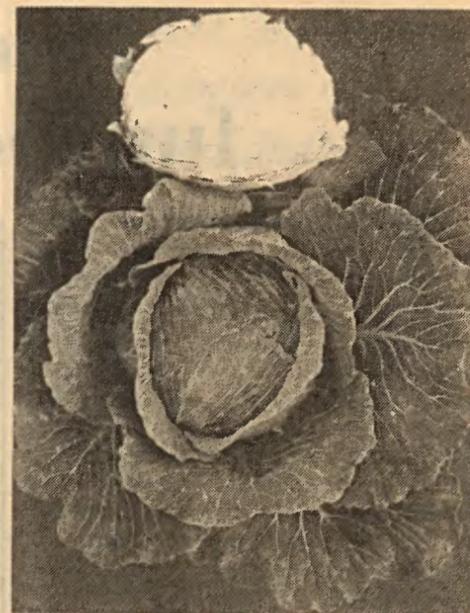
A Câmara Central de Graduação vem se dedicando também à reavaliação das normas que regulam os vários aspectos do ensino de graduação. Graças a esse trabalho foi possível a revogação, pelo Reitor, da Resolução 14179, que limitava o tempo de horas/aula das disciplinas pedagógicas dos cursos de Licenciatura a um oitavo do total da carga horária.

Ou seja, num curso com uma carga total de 2.800 horas, as aulas de disciplinas pedagógi-

cas não podiam ultrapassar a 350 horas.

A partir de agora, a UNESP passa a seguir a legislação do Conselho Federal de Educação, que estabelece aquela mesma parcela (um oitavo) como limite mínimo obrigatório e não como limite máximo a ser explorado como vinha sendo considerado.

Com a mudança, já em vigor, os cursos de licenciatura podem então rever as disciplinas pedagógicas no sentido de ampliar sua carga horária.



FCAV e Embrapa apresentam nova hortaliça

O trabalho conjunto da Faculdade de Ciências Agrônômicas de Botucatu com o Centro Nacional de Pesquisa de Hortaliças — CNPH —, da Embrapa, iniciado em 1976, está dando resultados positivos: em março foi apresentado o repolho “União”, resultado de dez anos de pesquisa. A nova hortaliça, além de apresentar excelentes características comerciais e grande variabilidade genética, pode ser cultivada no verão e tem grande resistência à podridão “ncgra”.

O professor Norberto da Silva, da FCA, trabalhou nas pesquisas.

Educação de adultos: troca de experiências

Trocar informações e estabelecer o intercâmbio de idéias, é a que está se propondo um grupo de educadores de Araraquara, que trabalhou nos últimos três anos com alfabetização de adultos. Em 1983, os cursos não tiveram caráter oficial mas a experiência adquirida possibilitou a elaboração de um projeto financiado pela Prefeitura Municipal, a partir de 84. Os educadores da UNESP, que estiverem interessados em trocar experiências com o grupo de Araraquara, devem entrar em contato com a professora Sílvia de Carvalho, do Departamento de Antropologia, Política e Filosofia do ILCSE.

Educação Física vai ao presídio

Desde fevereiro, docentes e alunos da disciplina de Educação Física Adaptada (Instituto de Biociências — Rio Claro) vêm realizando estágios práticos junto aos detentos do Presídio de Itirapina. O trabalho desenvolvido é de conscientização corporal, desenvolvimento orgânico e recreação, “com o objetivo de despertar o interesse pela prática esportiva, bem como direcionar as atividades em horas ociosas”, segundo explicou a professora Gisele Maria Schwartz Miotto, coordenadora da atividade.

Universidades de SP têm conselho de reitores

Por decreto do Governador, foi criado no dia 4 de abril o Conselho de Reitores das Universidades do Estado de São Paulo — Cruesp —, integrado pelos reitores da UNESP, USP e UNICAMP e ainda pelos secretários da Educação e de Governo. A presidência será exercida sempre por um dos reitores, em sistema de rodízio e com mandato de um ano.

Durante o ato de assinatura do decreto, Montoro enfatizou que as três universidades públicas do Estado “estão sendo dirigidas com rara competência, serenidade e abrindo novos caminhos de participação”. E lembrou que quando assumiu o Governo “elas estavam em crise”.

OBJETIVOS

Os principais objetivos do Cruesp são os de fortalecer a interação entre as universidades, propor formas de ação conjunta, conjugar esforços visando o seu desenvolvimento, analisar e propor soluções para as questões de ensino e pesquisa e assessorar o governo em assuntos de ensino superior.

Para o reitor Jorge Nagle, a somatória desses objetivos tornará possível o que ele acredita ser o mais importante: a criação de uma política de educação para São Paulo. “O Conselho de Reitores permitirá uma articulação maior entre as universidades e as escolas de primeiro e segundo graus. E essa articulação só será possível mediante o estabelecimento de algumas diretrizes gerais, que formariam aquilo que seria uma política de educação para o Estado de São Paulo, incluindo uma política para o ensino superior”.

O ex-reitor da UNICAMP, José Aristodemo Pinotti, ao lembrar que o reitor da UNESP foi um dos que mais trabalhou para a criação do Cruesp, afirmou que “nós carecemos de um verdadeiro sistema de ensino superior, dado o isolamento das universidades, o que resulta em superposições desnecessárias”.

— “A otimização das universidades paulistas, através de uma discussão no âmbito desse Conselho, seguramente vai gerar pouco a pouco um sistema de ensino superior no Estado, que é absolutamente necessário”.

DESENVOLVIMENTO

O governo está preparando agora a criação do Fundo de Desenvolvimento das Universidades, que será administrado pelo Cruesp e contará com recursos dos governos estadual, federal e municipal. O reitor da USP, José Goldemberg, explicou:

— “Esse fundo permitirá o reequipamento e o desenvolvimento das universidades, o que não é possível apenas com os recursos orçamentários. É uma medida de grande alcance, que não se sobrepõe à Fapesp, que conta com recursos para projetos e pesquisas científicas, e as universidades estão precisando de verbas para construção de prédios e instalações e para equipar novos laboratórios”.

Montoro já solicitou à Secretaria da Fazenda que reserve uma importância mínima de Cz\$ 100 milhões para o Fundo, cuja aprovação depende da Assembleia Legislativa.

Usp, Unicamp, Unesp - Compromissos

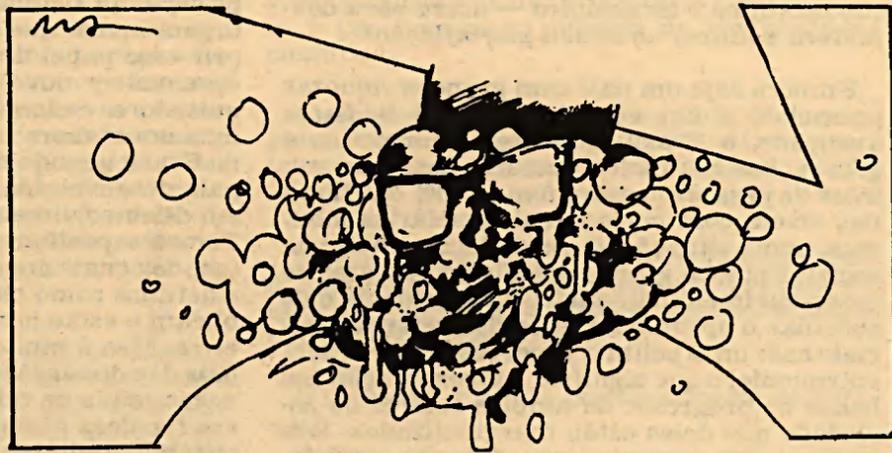
JORGE NAGLE
JOSÉ ARISTODEMO PINOTTI
JOSÉ GOLDEMBERG

As três funções básicas, tradicionais, da Universidade continuam consensuais. Espera-se que a Universidade ministre o ensino, desenvolva a pesquisa e promova a prestação de serviços à comunidade.

Interrogações são propostas quando se procura verificar se a Universidade, efetivamente, vem apresentando um bom desempenho na realização das três funções. O ensino está sendo produtivo, no sentido de transmitir um acervo bem selecionado de informações e conhecimentos e de desenvolver padrões adequados de comportamento, aí incluídos modelos de raciocínio que estimulem o pensamento criador? A pesquisa vem sendo conduzida com competência, no sentido de contribuir para que o conhecimento tanto cresça como se desenvolva, também sem desprezar o critério de relevância social? A prestação de serviços à coletividade está perdendo o caráter assistencialista que sempre teve, está se transformando numa atividade sistemática que define a nova responsabilidade social da Universidade e, ao mesmo tempo está contribuindo para aperfeiçoar tanto o ensino como a pesquisa?

No caso das universidades oficiais do Estado de São Paulo, algumas respostas têm sido dadas a essas interrogações; porém muita coisa ainda precisa ser feita nessa direção. Está aí uma tarefa indescartável, tarefa essa que deve contar, necessariamente, com o apoio cada vez mais firme do governo do Estado. Apoio tão mais imprescindível quando se pensa na posição das três universidades oficiais paulistas no conjunto das instituições de ensino superior brasileiro; isto é, no que elas significam, não só para o Estado de São Paulo como para o país, quanto ao nível de formação de quadros intelectuais que conseguem atingir, particularmente quanto à quantidade e qualidade da pesquisa científica e tecnológica necessárias ao desenvolvimento nacional. Dessa perspectiva, as responsabilidades do governo estadual ultrapassam as fronteiras geográficas do Estado.

Há que atentar, além disso, para uma outra questão. As três universidades oficiais paulistas precisam estabelecer entre si formas de articulação mais robustas. Não constitui boa política cada uma delas encolher-se em si própria, dificultando o desenvolvimento de modalidades de atuação que representem o resultado de um esforço conjugado. Não se trata, apenas, de buscar soluções de conjunto para pro-



blemas semelhantes, evidentemente sem ferir a autonomia universitária, bem como as peculiaridades de cada uma delas. É preciso solidificar os pontos principais de uma política comum, que integre experiência e ações e que estimule o desenvolvimento harmônico. Destaque-se, nesse desenvolvimento, a expansão do ensino de 3º grau, público e gratuito, no Estado.

As três universidades do Estado precisam trabalhar para que se implante, definitivamente, um autêntico sistema de ensino público e gratuito, sem as distorções atuais. Essa é uma de suas maiores responsabilidades, no momento atual.

É conveniente reafirmar, não basta nas circunstâncias presentes, que cada uma delas cumpra apenas as três funções — ensino, pesquisa e prestação de serviços —, de forma solitária. Torna-se necessário que formem um conjunto articulado de instituições solidárias, contemplando toda uma variedade de coordenações. É preciso, portanto, como trabalho preliminar, que as três universidades estaduais criem formas efetivas de convivência. Mas este é apenas um dos elementos importantes no sentido de formação de sistema que calibre e oriente o necessário desenvolvimento delas e que termine por criar um sistema de ensino superior do Estado de São Paulo digno de nossas tradições culturais.

Outro elemento encontra-se no papel das três universidades no estabelecimento de uma política educacional para o 3º grau, público e gratuito, do Estado. Torna-se desconfortável, tanto para o Conselho Estadual de Educação como para as três universidades estaduais paulistas, a presença de uma “política” para o setor, ainda pouco definida e francamente casuística, há décadas, totalmente desorientada porque sem diretrizes ou programas determinados e, até mesmo, sem qualquer sinal de agressividade. Agressividade necessária quando se pensa na pequena expansão do ensino público e gratuito no Estado, ao nível do 3º grau. É

preciso lembrar, no caso, o esforço que o Estado vem realizando no sentido da expansão das escolas de 1º e 2º graus; entretanto, sem a contrapartida para o 3º grau. É bom lembrar, igualmente, que grandes contingentes de jovens, impossibilitados de ingressar ou de continuar frequentando a escola privada, devido aos seus custos, acabam sendo prejudicados pela presença ainda tímida da escola pública e gratuita de 3º grau. Que resposta dar a esse contingente cada vez maior de jovens que procuram os campi distribuídos por todas as regiões do Estado, mas que apresentam poucas escolas e também pequena diversificação quanto aos cursos?

Finalmente, uma última questão. Trata-se da responsabilidade das universidades públicas estaduais em relação às escolas de 1º e 2º graus, também públicas e gratuitas, do Estado de São Paulo; reaparece a mesma idéia de sistema de ensino, agora ampliada, ficando igualmente mais abrangente o significado de política educacional estadual. Além do esforço, tão falado, da articulação e da integração dos três graus de ensino, que reclamam maior atuação conjunta das universidades estaduais com a Secretaria da Educação, uma outra questão surgiu recentemente com a emenda Calmon. Neste último caso, apenas uma lembrança, por enquanto. Os novos recursos provenientes dessa emenda para este Estado só alcançarão a desejável melhoria do ensino, se as universidades oficiais forem suficientemente contempladas.

Al estão algumas das novas e variadas tarefas para as três universidades oficiais. Resta, apenas, a mobilização da vontade política para planejá-las e realizá-las; vontade política tanto dessas universidades como a do governo do Estado.

Os autores são reitores da UNESP, UNICAMP e USP, respectivamente.

Artigo transcrito da “Folha de São Paulo” de 19/3/86, pág. 3

No ano passado, o País saiu de um regime autoritário e começou a construir uma nova ordem democrática, o que resultou, entre outras coisas, na criação do Ministério da Ciência e Tecnologia. Agora, estamos vivendo outra mudança profunda, que é o plano de estabilização econômica. Como fica a Universidade — a sua pesquisa, o seu ensino, a sua produção científica e tecnológica — nessa nova conjuntura política, no Brasil pós-inflação?

Embora seja um país com grandes riquezas potenciais e um centro industrial bastante avançado, o Brasil ainda tem numerosas e graves desigualdades sociais. Sessenta milhões de pessoas passam fome e 40% das famílias vivem com menos de dois salários mínimos, numa situação de verdadeira selvageria social. Então, o grande desafio do processo de desenvolvimento brasileiro é exatamente o de conciliar o aprofundamento das reformas sociais com uma política progressista de desenvolvimento, o que significa a incorporação aos frutos do progresso de amplos setores da sociedade que deles estão marginalizados. Isso implica, por exemplo, uma reforma agrária, uma política agrária de grande envergadura que permita o desenvolvimento da renda em condições dignas para o homem do campo e que, ao mesmo tempo, alivie o fluxo migratório para as cidades; ao mesmo tempo, torna-se indispensável uma arrojada política social e de investimentos pesados nas grandes e médias cidades, em habitação, saúde, transporte etc. Esta, aliás, é a grande prioridade do governo atual. O conjunto do sistema econômico, portanto, tem que se dirigir para a configuração desse novo estilo de crescimento. E como é que a universidade se insere nisso tudo? A universidade pode ser e deve ser a grande matriz, a grande usina de idéias e de contribuições para a concepção dessas políticas, não apenas na sua instrumentação, nos seus objetivos, na forma de fazer, mas também na sua substância. A pesquisa na universidade pode, por exemplo, trazer grandes soluções para o problema agrícola ou para o problema da saúde; pode e deve fazer isso. O importante, aqui, é compreendermos que a pesquisa no Brasil precisa estar dirigida para resolver os problemas do povo brasileiro, com suas peculiaridades e necessidades. Creio ser esse o grande papel da Universidade, especialmente no momento em que há um compromisso do governo — consubstanciado no cumprimento da emenda Calmon e na própria criação do Ministério da Ciência e Tecnologia — de recuperar de maneira bastante considerável os orçamentos do sistema universitário e do sistema de ciência e tecnologia em geral.

Pensando em termos mais imediatos: o início de uma nova fase na economia brasileira pode nos levar a prever que tipo de situação para a pesquisa?

Bom, essa nova fase vai colocar a nu o problema da eficiência de todos os sistemas produtivos. Uma vez dissipada a ilusão inflacionária, todos os processos de produção (nos serviços, na agricultura, na indústria e nos mais diversos setores) deverão ser examinados de uma ótica real: seus custos passarão a ser reais, seus problemas mais passíveis de serem avaliados com uma fórmula de cálculo econômico muito mais sólida. Esta possibilidade de cálculo econômico sólido e a ausência de especulação financeira levarão a uma concentração de esforços em torno da eficiência de todos os processos. A busca da eficiência, por sua vez, deverá atingir tanto o sistema agrícola, que precisa alimentar milhões de pessoas ou exportar de maneira competitiva certos produtos, como o sistema industrial, que passou quatro anos amargando a recessão e não se renovou tecnologicamente na intensidade que seria desejável para acompanhar as transformações tecnológicas em curso nos países desenvolvidos. Se todas essas deman-

das e esses problemas ganharem corpo — como é razoável prever que aconteça após a reforma econômica — haverá uma enorme necessidade de que a pesquisa se desenvolva de maneira intensa: a pesquisa básica, a pesquisa aplicada e depois a inovação tecnológica serão imprescindíveis até como um dos eixos do processo de crescimento econômico. A recuperação do sistema universitário é, portanto, urgente para que a universidade possa cumprir esse papel de aprofundar a pesquisa, de desenvolver novas tecnologias e formar pesquisadores e cientistas. Hoje, por exemplo, temos um número muito reduzido de cientistas no Brasil quando comparado a qualquer outro país desenvolvido ou mesmo a certos países em desenvolvimento como a Índia ou a China. Temos supostamente cerca de 30 mil cientistas, dos quais apenas três mil podem ser considerados como cientistas produtivos, que publicam e estão numa fase criativa de sua carreira. Isso é muito pouco, é ridículo para um país das dimensões do Brasil e às voltas com a necessidade de criar, difundir, incorporar novas técnicas e tecnologias, transformando seu sistema produtivo num sistema mais eficiente e mais autônomo em relação à tecnologia estrangeira.

Estariam portanto às vésperas da superação dessa nossa crônica dependência tecnológica?

Em algumas áreas, sem dúvida. O exemplo da Informática é excelente para demonstrar que, através de uma decisão corajosa e de uma política nacionalista, foi possível avançar muito num setor específico. A Informática porém, por si só não realizará o salto. Vejamos o caso das novas técnicas de biotecnologia e da farmacologia moderna, duas áreas essenciais para a agricultura e para a saúde pública nas quais o Brasil está muito atrasado. O mesmo ocorre em vários outros campos, onde o Brasil possui, por exemplo, reservas de minerais estratégicos mas não detém a tecnologia de novos materiais.

E o que está sendo feito para recuperar esse atraso?

Antes é bom lembrar que tudo isto requer um enorme esforço coletivo para ser reequacionado. Apenas recentemente, após a criação do Ministério da Ciência e Tecnologia, é que começou a recuperação do sistema de ciência e tecnologia do País; mas ainda estamos mui-

Temos um sistema de pesquisa que foi violentamente castigado

to longe de colocar o sistema em velocidade de cruzeiro, em ritmo acelerado de produção de conhecimentos em pesquisa aplicada. Apenas iniciamos o processo de recuperação e de eliminação dos verdadeiros crimes contra a universidade, contra a inteligência, contra a ciência, contra a cultura nacional, que foram cometidos nesses últimos anos de recessão. Ao assumir o Ministério, fiquei estarecido ao verificar o número de periódicos científicos importantes cujas coleções foram dizimadas e cujas assinaturas foram interrompidas; ao verificar que quase 40% dos equipamentos e instalações de pesquisa estão quebrados, sem manutenção ou reposição; que numerosos la-

No Brasil pós-inflação, qual o papel da universidade?

Março de 85: tomá posse um presidente civil. Abril de 85: começa a funcionar o Ministério da Ciência e Tecnologia. Julho de 85: as instituições de pesquisa recebem verbas extra-orçamentárias no valor de Cr\$ 1 trilhão. Fevereiro de 86: começa o plano de estabilização econômica. Diante desses fatos e medidas que estão mudando o País, qual o papel da universidade? Essa foi a questão principal levada pelo Jornal da UNESP ao secretário geral do Ministério da Ciência e Tecnologia, professor Luciano Coutinho. Sua abordagem está nessa entrevista.

Agência Estado

Entrevista: Luciano Coutinho

boratórios não têm assistência nem material de trabalho, e assim por diante. Temos, enfim, um sistema de pesquisa que foi violentamente castigado, está emperrado e vive numa situação de crise dramática. Exatamente por isso, a primeira tarefa do Ministério da Ciência e Tecnologia foi a de evitar o colapso do sistema científico e iniciar, com grande dificuldade, o processo de recuperação. De maneira que eu tenho, para os próximos anos, fundada expectativa de que conseguiremos recuperar as condições mínimas da pesquisa e recolocar o sistema numa marcha ascendente, numa ve-

locidade satisfatória para que ele possa, em breve, produzir mestrados, doutorandos, cientistas, produzir trabalhos e resultados concretos.

Falta de recursos, dependência tecnológica, não aproveitamento da pesquisa da universidade pela indústria nacional. Quais foram os fatores que mais contribuíram para levar a produção científica brasileira a situação crítica que você falou?

Creio que o problema maior realmente é o

da falta de recursos, resultado da falta de uma política no que toca, digamos assim, à base científica do País. Eu espero que com a criação do Ministério da Ciência e Tecnologia, com o apoio que o presidente Sarney tem dado à área de ciência e tecnologia, nós possamos reverter essa tendência de deterioração e possamos fazer voltar uma rápida expansão do sistema científico nacional, de uma maneira racional, de uma maneira democrática. E dou como exemplo agora uma profunda democratização dos estatutos do CNPq (o presidente da República deve assinar em breve) devolvendo à comunidade científica praticamente toda orientação das linhas de pesquisa desse órgão. De forma que, no meu modo de ver, o principal problema era, realmente, a falta de uma política de apoio à universidade e de uma ampla política de apoio à pesquisa e à ciência. Esses eram fatores essenciais.

Quanto à relação universidade-empresa, precisamos considerar por um lado que a empresa estrangeira, por não se dedicar à pesquisa no Brasil e importar tudo da matriz, exige quase nada do sistema universitário. O sistema universitário, por sua vez, tem uma rigidez burocrática que dificulta ao docente dividir o seu tempo entre o ensino e a consultoria para a indústria, algo normal e necessário que deve ser praticado com um certo controle. No Brasil, porém, existem impeditivos um tanto indesejáveis para que isso ocorra. Por isso, creio ser missão da maior importância do Ministério da Ciência e Tecnologia estimular a empresa nacional a fazer pesquisa e a buscar o desenvolvimento tecnológico, estabelecendo assim um novo tipo de relacionamento com a universidade. Na verdade, existem hoje estoques de conhecimentos na universidade que não estão sendo aproveitados pela empresa privada porque ela está viciada em comprar tecnologia estrangeira. Esse, de fato, é um dos vícios mais graves e nós precisamos revolucionar a mentalidade do empresário, especialmente do empresário nacional, no sentido de que ele busque a sua própria capacitação tecnológica. Isso não significa, evidentemente, rejeitar a tecnologia estrangeira ou não a utilizar. Ao contrário, significa saber utilizá-la, abrir os pacotes tecnológicos, dominar a tecnologia neles implícita e superá-la. Com isso, ganhar em qualidade e produtividade, de maneira que esses frutos do progresso tecnológico possam ser distribuídos em favor das massas assalariadas, da sociedade em geral, e ao mesmo tempo garantir a continuidade do processo de desenvolvimento.

Quando da criação do Ministério da Ciência e Tecnologia, simultaneamente foi constituída uma comissão de cientistas para acompanhar a sua implantação...

É, essa comissão foi criada no início de abril de 85, tão logo o ministro Renato Archer tomou posse. Foi uma grande reunião organizada pelas agências financiadoras de pesquisa e quase 300 cientistas estavam presentes. Nessa oportunidade se constituiu uma comissão de oito cientistas de alto nível, que acompanhou permanentemente todos os passos e atividades do Ministério. Houve uma transparência absoluta, mostrou-se a situação real do orçamento etc. O ministro havia proposto então um grande diálogo, mas a comissão condicionou esse diálogo à obtenção de recursos. Esses recursos — cerca de um trilhão de cruzeiros antigos — foram garantidos pelo presidente Sarney e quase integralmente desembolsados no segundo semestre do ano passado. Então efetuou-se esse grande debate, que desembocou na proposta de um plano de emergência já em andamento.

O ministro tem sempre renovado o seu interesse de que essa comissão continue a funcio-

nar, continue atuando e de que existam mecanismos permanentes de diálogo e consulta entre o ministério e a comunidade científica. Não gostaríamos e nem é do nosso interesse que esse mecanismo de diálogo e consulta seja desativado; não podemos funcionar sem ele. Neste particular, a existência da comissão tem sido de extrema valia, especialmente quando temos que tomar decisões a curto prazo e precisamos da opinião da comunidade científica.

A comissão apresentou uma série de sugestões. Elas foram aceitas pelo Ministério? (veja uma síntese do relatório no quadro da página 8)

Sim, a grande maioria das recomendações da comissão está sendo considerada pelo ministério e nós estamos nos empenhando para dar cumprimento a elas.

O relatório é muito positivo, muito aberto, não?

Sem dúvida nenhuma. É por isso que consideramos praticamente impossível conduzir unilateralmente a política. A política de tecnologia ainda é mais fácil porque ela é mais nítida em termos de prioridades setoriais, em termos de demandas específicas etc. Mas não existe nenhuma forma de condução da política científica que não seja uma forma participativa e democrática, porque outra forma tende a levar a distorções, a desvios e a desperdícios. O próprio Renato Archer tem sido sempre o primeiro a reafirmar o princípio de que a melhor maneira de orientar a política científica é abrir sua formulação à comunidade científica, que deve participar e expressar as suas prioridades, ficando o ministério com a função de criar condições para a implementação dessas prioridades.

Há no relatório uma proposta que é apresentada como merecedora de um tratamento especial: a da melhoria no valor das bolsas de pós-graduação. Como está a questão?

Houve uma expressiva melhoria recentíssima: a bolsa de Mestrado passou de um milhão e quatrocentos mil cruzeiros antigos para 3.200 cruzados. Isso porque as autoridades do governo e as autoridades econômicas entenderam que bolsa não é salário, mas um investimento no futuro do país, merecendo por isso um tratamento diferenciado. O valor das bolsas, aliás, tinha chegado a níveis baixíssimos nos últimos anos (atingiu 1/3 do valor correspondente ao período 1978/79), e era mesmo indispensável que um dos primeiros passos na recuperação do sistema científico fosse dar condições ao aluno da pós-graduação de se dedicar efetivamente ao seu trabalho. O que estava acontecendo era que os alunos agüentavam apenas um ano e depois eram obrigados a buscar trabalho remunerado quase nunca sintonizado com a atividade de pesquisa e estudo; o rendimento dos cursos caía drasticamente; na verdade, o desperdício de recursos era muito expressivo, porque o indivíduo, ao invés de fazer o Mestrado em dois anos, gastava cinco anos. E o governo terminava gastando cinco vezes mais, com prejuízo para si próprio, para o aluno e para o sistema científico. Essa irracionalidade está sendo hoje firmemente corrigida.

O relatório da comissão que trabalhou durante o Debate Nacional de Ciência e Tecnologia fala em estímulo a formas de cooperação interinstitucional em apoio ao desenvolvimento da pesquisa. Como você avalia a criação do Conselho de Reitores das universidades estaduais paulistas?

▶▶
Acho muito positiva a existência de um conselho de reitores não só das universidades públicas como das universidades particulares, porque em muitos casos existe uma superposição e poderá haver uma cooperação mais profunda, os problemas poderão ser tratados de maneira comum e será mais fácil pensar num sistema universitário estadual. O Conselho de Reitores pode ser um fórum de entendimento, de aperfeiçoamento da cooperação entre as universidades paulistas. Acho extremamente positiva essa iniciativa e espero que ela tenha dentro de si elementos de participação ampla para que possa resultar em ganhos para o conjunto.

A UNESP é uma universidade que está distribuída pelo Interior de São Paulo, em contato com uma multiplicidade de regiões e problemas localizados. Você considera que ela pode contribuir para uma maior regionalização da pesquisa em São Paulo?

Acho que sim. A UNESP, pela sua própria característica de ser uma universidade com muitos campi, não vai poder concentrar num único lugar, num mesmo espaço físico, uma interação de várias unidades. É mais importante criar condições para que as unidades, os campi, possam ter certas vocações fundamentais ou certas orientações estruturadas de maneira a tirar o máximo proveito da capacidade científica de cada núcleo, de cada pólo. Sob outra forma, encontramos o mesmo desafio no Nordeste, onde as diversas universidades não podem se aprofundar igualmente em todas as áreas da ciência. Tanto num caso como noutro, muitas vezes é mais produtivo que certas universidades se concentrem num certo perfil científico de pesquisa e que seja possível o intercâmbio de alunos de uma instituição para outra. Pelo menos num primeiro momento es-

se tipo de regionalização pode ser praticado, como já ocorre em vários países, principalmente os de dimensão continental. Nos Estados Unidos, por exemplo, em cada região, em cada Estado, há universidades que são muito fortes e são excelência nos campos onde se concentram. A universidade tem o básico nos demais campos mas se o estudante quiser fazer pós-graduação numa área que não é a de excelência daquela escola tem que migrar. Acho muito importante que a gente crie no Brasil, para o estudante universitário, o ato da migração. Nós temos uma característica cultural ainda muito tradicional, onde a estru-

Regionalizar significa adequar a universidade à sua missão social

ra familiar é pouco estimulante para a migração; é por isso inclusive que o aumento do valor das bolsas de pós-graduação em geral é essencial para permitir que o estudante jovem viva fora da sua casa de origem, de sua família. De maneira que um dos benefícios do aumento real do valor das bolsas de estudo é abrir essa possibilidade, muito fértil e importante para a integração cultural do País e para sua modernização. Para um estudante interessado em certo curso, num certo local, deve sempre existir uma alternativa de excelência em outro ponto do país que lhe permita mi-

grar, que lhe permita conhecer e estudar essa realidade diferente. Então, não deveríamos permitir que em nenhuma universidade, do norte ao sul, faltasse um centro ou alguns centros de excelência e em todas elas existissem certos centros de pesquisas de pós-graduação do mais alto nível vocacionados para as necessidades regionais. Isso permitiria a otimização das energias do sistema universitário e evitaria a pulverização dos recursos; não podemos querer fazer tudo em todos os lugares ao mesmo tempo.

Você julga que a recuperação da universidade brasileira passaria por aí?

Essa é uma proposta. É importante que haja uma seletividade e que essa seletividade seja adequada às características da região onde a universidade está inserida, para que ela possa, de fato, integrar-se à empresa, à comunidade, aos serviços de saúde, à agricultura. A regionalização significa uma adequação da universidade à sua missão social.

Mesmo a USP, a UNICAMP, a UFRJ, a UFMG e a PUC do Rio — que são os grandes sistemas universitários do País e que podem apresentar um leque de oportunidades quase que completo — não esgotam com excelência, cada uma delas, todos os campos.

Mas não haveria aí o risco de "provincianização" da universidade?

Não. Na medida em que estamos propugnando que esses centros sejam de excelência e por isso estejam ao nível do que há de melhor no mundo inteiro, eles terão que interagir com as melhores universidades dos outros países naquele campo específico. Acho, aliás, que aí teremos exatamente o antiprovincianismo.

As propostas dos cientistas para C & T

O Debate Nacional de Ciência e Tecnologia, realizado em novembro e dezembro do ano passado, reuniu pesquisadores de todo o país para avaliar a situação e apresentação de propostas ao Ministério da Ciência e Tecnologia. A primeira fase dos debates — nos dias 25 e 26 de novembro — foi distribuída pelas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Salvador, Recife, Fortaleza, Belém, Goiânia e Campo Grande, resultando em relatórios regionais que foram levados a Brasília na segunda fase, dias 11 e 12 de dezembro. No fim dos trabalhos, o presidente da Comissão Central do Debate, professor Alberto Carvalho da Silva, apresentou um relatório com as conclusões, divididas em 6 temas. Aqui, um breve resumo (*):

Tema 1 — Ciência e Tecnologia e o Futuro da Sociedade Brasileira — A questão da ciência e da tecnologia no Brasil deve ser pensada no conjunto das questões nacionais, de tal modo que o seu debate reflita os conflitos inerentes à sociedade brasileira e leve a um projeto nacional de desenvolvimento. Para tanto é necessária a superação de um triplo desafio: eliminação do subdesenvolvimento, democratização do sistema político e desenvolvimento científico e tecnológico.

Tema 2 — Ciência e Tecnologia, Necessidades Sociais e Desenvolvimento Econômico — O objetivo máximo do desenvolvimento deve ser o bem-estar de todos os brasileiros. A pesquisa não tem o poder de dar

soluções imediatas a todos os problemas da população, mas cabe-lhe identificar as suas demandas e transformá-las em prioridades de trabalho, incorporando-as aos objetivos de uma política de ciência e tecnologia orientada para o desenvolvimento social. Cabe à comunidade científica decodificar essas demandas para a classe política, para que sejam incorporadas às políticas públicas, ajustadas à realidade de cada região e de cada setor.

Essa responsabilidade da comunidade científica se prolonga no compromisso de atuar no sentido de que os resultados da pesquisa sejam incorporados às políticas sociais e seus efeitos avaliados, fechando assim o seu compromisso para com a sociedade.

Tema 3 — Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Regional — Com o planejamento orientado pelas oportunidades econômicas e pelos recursos humanos e naturais, tendo em conta fatores políticos e sócio-culturais, a regionalização da ciência e da tecnologia deve ser adotada em função das demandas reais e aparentes da região e das necessidades sociais efetivas. Para o desenvolvimento da ciência e da tecnologia nas regiões menos privilegiadas devem ser adotadas as seguintes medidas: descentralização das agências de financiamento; criação de fundações de amparo à pesquisa; criação de fundos estaduais ou regionais; apoio à organização de sistemas estaduais; elevação dos padrões de ensino e pesquisa nas universidades; incentivo e

apelo por grandes companhias instaladas localmente; acompanhamento do desenvolvimento científico e tecnológico regional e a conseguinte sugestão de medidas que possam contribuir para o seu aperfeiçoamento.

Tema 4 — Recursos Humanos e Materiais para o Desenvolvimento Científico — Dada a gravidade da situação atual e a urgência de oferecer soluções concretas, propõe-se a implantação de um Plano Emergencial, dirigido para a recuperação dos centros de pesquisa e a formação de recursos humanos e administrado por uma comissão integrada por representantes dos Ministérios da Ciência e Tecnologia e da Educação e da comunidade científica. Medidas a serem adotadas: fortalecimento da Capes como órgão central de coordenação, apoio e avaliação da pós-graduação; elevação do número e do valor das bolsas de pós-graduação a níveis que permitam a dedicação integral do aluno; criação da carreira de técnico de laboratório; recuperação e renovação dos equipamentos, entre outras.

Tema 5 — Pesquisas, Tecnologia, Setor Público e Empresa Nacional — Estratégias a serem adotadas: o ajuste das empresas estatais ou privadas às necessidades nacionais; prioridades para empresas que se destacam pelo aproveitamento de recursos naturais e pelo desenvolvimento e emprego de novos materiais,

métodos e processos; apoio à micro, pequena e média empresa sob a forma

de incentivos e aporte tecnológico; descentralização das ações nacionais de ciência e tecnologia, dando maior autonomia e participação aos estados; promoção de intercâmbio entre as universidades e a empresa nacional.

Tema 6 — Organização Institucional da Ciência e Participação da Sociedade — A participação da comunidade no planejamento e na distribuição dos recursos para a ciência e a tecnologia tem se mostrado necessária para o aperfeiçoamento dos critérios de análise e decisão e para a reorientação da distribuição.

É necessária a reorganização da distribuição da ciência e da tecnologia, corrigindo os altos índices de concentração no Sudeste.

Entre outras, merecem destaque medidas que possam contribuir para: participação do Poder Legislativo no delineamento e aprovação de planos federais e estaduais de pesquisa e tecnologia; elevação do investimento nacional em ciência e tecnologia a níveis de 2% do PIB; participação da iniciativa privada no desenvolvimento da ciência e da tecnologia; articulação entre o Ministério da Ciência e Tecnologia e o Ministério da Educação, procurando-se entrar no sistema de apoio à pesquisa e ao treinamento com medidas que visem a melhorar as condições das atividades científicas e docentes nas universidades.

(*) Fonte: "Ciência Hoje", vol. 4, n.º 22, págs. 90 a 93.

Marília debate a obra de F. Fernandes

"Com a finalidade de garantir um espaço para a discussão e a divulgação de temas relevantes e da produção teórica de cientistas sociais que se tenham destacado", a FEFCSD — Marília, realizada nos dias 22 a 24 de maio sua primeira Jornada de Ciências Sociais, este ano voltada para o estudo da obra de Florestan Fernandes.

A programação foi dividida segundo os principais temas abordados pelo pensador ao longo de sua produção científica. E para o debate foram convidados docentes da UNESP, USP, UNICAMP, PUC e UnB.

PROGRAMA

A abertura da Jornada será às 14h do dia 22, com Depoimentos de Eunice Durham, Heleieth Saffioti, Antônio Cândido e Fernando Henrique Cardoso, coordenados por Maria Ângela D'Incao. Às 19h30, Bárbara Freitag, Carlos Guilherme Mota, Celestino Alves da Silva Júnior, Jorge Nagle e Ulysses Teles Guariba Netto discutem *Universidade e Democracia*, sob a coordenação de Eloisa Faria Scarabótolo.

No dia 23, às 9h, Jayme Wanderley Gasparoto coordena as palestras que Claude Lépine, Élide Rugai Bastos e João Batista Borges Pereira farão sobre a *A Questão Racial*. Às 11h, *O Problema Indígena* será o tema de Mauro Cherobim (coordenador), Cármen Junqueira, Edgard de Assis Carvalho e João Francisco Tidei Lima.

Às duas da tarde, Maria Isabel Faleiros (coord.), José César Gnaccarini e Oswaldo Elias Xidieh abordam *O Folclore em Questão*. Uma hora e meia depois o tema é *Revolução Burguesa*, entregue a Leônicio Rodrigues (coord.), Jacob Goreneder, José Albertino Rodrigues, Miriam Limoeiro, Nilo Odália e Paulo Roberto de Almeida.

No sábado — último dia —, às 9h, Heloísa Fernandes (coord.), Ceclia Helena Ornelas Renner, Gabriel Cohn, Herminio Martins e Maria Ângela D'Incao analisam *Teoria Sociológica*. Às 11h30, Gérard Lebrun fala sobre *O Brasil de Florestan Fernandes*.

A última mesa-redonda será às 14h30: *Marxismo e Revolução* por Fernando Novaes (coord.), Caio Navarro de Toledo, Cândido Giraldez Viéitez, José Paulo Neto e Paulo Argemiro da Silva. E a Jornada se encerra com a palestra de Octávio Ianni — *Florestan Fernandes e a sociologia brasileira*.

As inscrições podem ser feitas até 15 de maio, em formulário próprio. Os interessados devem entrar em contato com a Comissão Organizadora pelos telefones (0144) 33-1844 e 33-1023 ou pela caixa postal 420, (CEP 17.500) Marília.

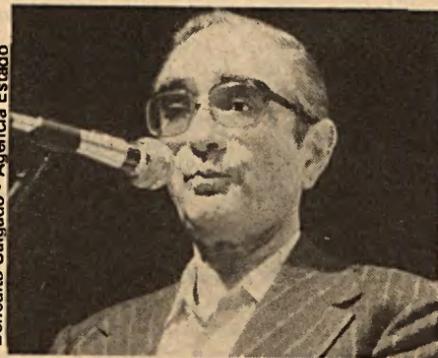
Florestan Fernandes

Florestan Fernandes nasceu em São Paulo, em 1920. Por motivos econômicos, teve de abandonar o curso primário regular e só pôde voltar à escola anos depois, cursando maturação no Colégio Riachuelo. Entrou no curso de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia da USP em 1941; em 45-46 frequentou a pós-graduação em Sociologia e Antropologia na Escola de Sociologia e Política de São Paulo.

Obteve todos os títulos acadêmicos: Mestre em Ciências Sociais pela Escola de Sociologia e Política, em 1947, com o trabalho "A Organização Social dos Tupinambá"; Doutor em Ciências (sociologia) pela Faculdade de Filosofia da USP, em 1951, com a tese "A Função Social da Guerra na Sociedade Tupinambá"; Livre Docente na Cadeira de Sociologia I, da FFCL da USP, em 1953, com a tese "Ensaio sobre o Método de Interpretação Funcionalista na Sociologia"; Catedrático na mesma cadeira em 1964 com o trabalho "A Integração do Negro na Sociedade de Classes". Publicou 36 livros de sua autoria e outro tanto na condição de organizador, além de numerosos artigos em jornais e revistas.

Pesquisou e deu aulas de sociologia na FFCL de 1945 a 1969, quando foi afastado, sob aposentadoria compulsória, pelo AI 5. Esteve no Exterior de 1965 a 1966 como "visiting scholar" na Universidade de Columbia (EUA) e de 69 a 72 foi professor titular na Universidade de Toronto (Canadá). Retornou aos Estados Unidos em 1977 como "visiting professor" da Universidade de Yale. Desde 1978 é professor da PUC-SP e neste ano voltou para a USP.

Florestan Fernandes, o sociólogo e professor de hoje, certamente não crê mais na eficácia das teorias de mudança social que explorou com



Benedicto Salgado - Agência Estado

tanta seriedade nas décadas de 50 e 60; ao contrário, crê no socialismo como única forma de se chegar à revolução social. Sempre voltado para a questão da justiça social, explorou em todos os detalhes as possibilidades de mudança na sociedade onde o sociólogo teria uma função importante e determinante. Com o mesmo idealismo profissional e tenacidade com que explorou essas possibilidades, não recuando um milímetro na luta que acreditava ser parte do ofício de sociólogo, enfrenta hoje a questão da transição democrática no Brasil pós-ditadura. Nesse sentido, Florestan Fernandes é o mesmo de 1969, que o AI 5 aposentou: corajoso, dedicado, sério, cheio de vida e entusiasmo e avesso às facilidades do pensamento cômodo.

Sempre disposto a participar onde era chamado — como na Campanha da Escola Pública, quando aceitava com entusiasmo convites para falar nas mais distantes cidades do Interior —, Florestan nunca ficou ilhado em São Paulo e nem foi o sociólogo de gabinete. Se fez uma ciência muitas vezes teórica, teve e tem a preocupação de refletir sobre os problemas que a sociedade brasileira impõe ao pensador. (Maria Ângela D'Incao, coordenadora da Jornada)

Professor de Rio Claro ganha prêmio internacional



O professor Paulo Affonso Leme Machado (foto), do departamento de Ecologia do Instituto de Biociências (campus de Rio Claro), foi escolhido por um júri internacional para receber o prêmio Elizabeth Haub, oferecido pela primeira vez a um brasileiro. O júri, formado por representantes da Universidade Livre de Bruxelas e do Conselho Internacional de Direito do Meio Ambiente, indicou por unanimidade o professor da UNESP em função de seu trabalho na área do Direito Ambiental.

O prêmio — a ser entregue em Bruxelas — consiste em uma medalha de ouro e mais uma soma em dinheiro (150 mil francos belgas) a ser gasta pelo laureado em viagens para o Exterior (com finalidade de proferir palestras) ou em pesquisas.

Doentes da FCAV eleitos



Quatro docentes do departamento de Fitotecnia da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias de Jaboticabal integram a atual diretoria da Sociedade Brasileira de Fruticultura, que conta com mais de 800 associados, incluindo pesquisadores estrangeiros.

A escolha de Luiz Carlos Donadio (foto) para a presidência, de Carlos Ruggiero como 1º tesoureiro, Fernando Mendes Pereira (2º tesoureiro) e João Carlos de Oliveira (1º secretário) foi feita em janeiro, quando da realização do VIII Congresso Brasileiro de Fruticultura, em Brasília.

Os docentes que trabalham com fruticultura na FCAV sempre têm participação efetiva nos congressos da área — no Brasil e no Exterior — e atuam ativamente na orientação de graduandos e pós-graduandos.

Pesquisa e pós-graduação

Indicado pela Reitoria, o professor Antônio Carlos Massabni, do Instituto de Química de Araraquara, participou com o representante da UNESP no 2º Encontro Nacional de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação, realizado dias 25 e 26 de março, em Vitória.

Entre as várias mesas-redondas, exposições e debates se destacaram as discussões em torno do III Plano Nacional de Pós-Graduação (apresentado pelo secretário geral da Capes, Edson Machado de Souza), que prevê uma política científica para o País. No entanto, houve críticas pela falta de planejamento para aplicação dos recursos financeiros, o que dificulta a execução do PNPG.

IAP atua no Exterior

Atendendo a convite, o professor Ayrton Adelino Teixeira Pinto, do departamento de Música do Instituto de Artes do Planalto, passou uma temporada em Lisboa, onde atuou como "Violino-Spalla" da orquestra do Teatro Nacional de São Carlos. Na oportunidade, ele participou de ensaios, encontros, palestras com músicos e atores, além de ter atuado em recitais de duas óperas, o que lhe valeu grandes elogios da parte do diretor artístico do Teatro, João de Freitas Branco.

Já o professor Pietro Maranca se encontra atualmente na Itália, também a convite de uma entidade musical, para ministrar um curso de Técnica Pianística.

Vestibular em debate nacional

A presidenta do Conselho de Curadores, professora Carminda Landim, e o diretor-superintendente da VUNESP, José Fausto Baptista Domingues, participaram de um debate nacional sobre vestibular.

Promovido pelo MEC, o encontro foi dividido em três grandes áreas regionais: Belo Horizonte (onde Fausto e Carminda estiveram presentes), Fortaleza e Florianópolis.

"O processo de seletividade social e o vestibular", "Aspectos políticos e técnicos do vestibular", "Relação entre o vestibular e o sistema educacional" e "Modelos alternativos de seleção" foram os temas debatidos. Os resultados serão avaliados pelo MEC.

Neivo traz congresso

O professor Neivo Luiz Zorzetto, diretor do Instituto Básico de Biologia Médica e Agrícola, participou no dia 4 de abril da primeira reunião preparatória ao XIII Congresso Mundial da Anatomia, no Rio de Janeiro, onde será realizado o evento em 1990.

Fizeram parte do encontro os secretários da Federação Nacional das Associações de Anatomia; o professor Neivo participou na condição de presidente da associação brasileira da área.

A realização do evento no Brasil se deveu à defesa dessa proposta pelo diretor do IBBMA durante o último Congresso, em Londres, no ano passado.

Na edição anterior do Jornal da UNESP foi publicado um balanço sucinto das principais realizações da Reitoria no ano passado. Para este número, o JU pediu a três professores que fizessem uma avaliação crítica das mudanças ocorridas no primeiro ano da gestão do reitor Jorge Nagle.

Balanço crítico

DIÓRES SANTOS ABREU

Para muitas pessoas que vivenciaram a experiência dos Institutos Isolados Estaduais de Ensino Superior, a reunião de todos sob a forma de uma Universidade parecia uma boa solução, um novo patamar de crescimento para as escolas.

A criação da UNESP, assim, em 1976, foi muito bem recebida pela grande maioria e muitos devem se lembrar da solenidade festiva que foi a posse do primeiro reitor, quando centenas de professores acorreram ao Salão Nobre da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, em março daquele ano, para proclamarem, com sua presença, o apoio à nova Universidade.

A alegria durou pouco. Em poucos meses, em agosto precisamente, começaram a circular rumores sobre uma reforma das faculdades da UNESP que implicaria em cortes de cursos, remanejamento de professores e até extinção de unidades. Em novembro de 1976, no Anfiteatro da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente, o primeiro reitor expôs publicamente seu pla-

no de reforma, que levou todos à perplexidade. Basicamente, tratava-se de instalar na rede alguns centros de excelência, concentrando massa crítica a pretexto de ampliar a produção científica. Tudo foi imposto de cima para baixo com a conivência criminosa de muitos diretores e professores. Critérios relevantes não foram estabelecidos: nem consultas às populações das cidades onde estavam as unidades envolvidas, nem a demanda escolar pelos cursos extintos ou remanejados, nem a produção científica acumulada dos Institutos Isolados atingidos, nem a disposição dos professores em se mudarem, nem as pesquisas em andamento. No Conselho Universitário provisório, que aprovaria o Estatuto que concretizaria esta reforma, instalou-se a selvageria fratricida, quando cada unidade procurou se precaver contra qualquer alteração ou até ganhar algum curso remanejado.

Tudo isto manipulado pelo primeiro reitor, dando curso às ambições pessoais de diretores, que, apresentados como dirigentes de novas unidades em formação, acabariam por ter seus antigos mandatos renovados. Depois, o Conselho Estadual de Educação referendou a propositura apesar da reclamação de alguns conselheiros mais lúcidos que alegaram ter sido pouquíssimo o tempo para estudar questão tão polêmica — manobra proposta para impedir qualquer oposição.

A criação da UNESP de forma tão perniciosa para o ensino universitário de São Paulo só foi possível pela cobertura que tiveram os dois primeiros reitores dos governadores Paulo Egidio Martins e Paulo Salim Maluf. Não foram poucas as unidades que mobilizaram suas comunidades e suas lideranças para que o Governo do Estado interferisse numa cirurgia que se mostrava tão discutível. Governadores e secretários de Estado se mostraram insensíveis. A reforma foi implacavelmente implantada.

Este apoio governamental foi também importante para que o segundo reitor aprimorasse a administração centralizadora e autori-

tária consagrada pelo Estatuto. Na sua segunda administração, a UNESP teve seu aparelho burocrático superdimensionado ficando em segundo plano a docência e a pesquisa. Instalou-se um clima de clientelismo onde somente diretores escolhidos a dedo, subservientes ao poder e professores coniventes tiveram chance. Centrado no Professor Titular, a administração universitária reduziu-se a um universo minúsculo de pessoas que estavam em todos os órgãos e comissões, sob o controle da reitoria.

O movimento estudantil e a ADUNESP lutaram bravamente desde as primeiras horas contra o autoritarismo que se implantou na UNESP, seja pela reforma inicial seja pela maneira posterior de administrá-la. Sofreram com isso perseguições e vários professores foram demitidos, a perialidade mal disfarçada em esfarrapadas justificativas. Apesar do policiamento, esta oposição corajosa permaneceu viva na Universidade, denunciando permanentemente o arbítrio e as seqüelas da reforma.

Esta retrospectiva se faz necessária para se entender as modificações que ocorreram na UNESP a partir da atual gestão. Desde 1.º de agosto de 1984, como reitor pro-tempore, e desde 17 de janeiro de 1985, como terceiro reitor, Jorge Nagle desencadeou um processo de transformações, atendendo às pressões da maioria da comunidade unespiana que militava na oposição desde o final de 1976. Desobstruíram-se os canais burocráticos, consideraram-se as necessidades acumuladas, incentivou-se o trabalho em equipe, instalou-se um novo "clima" onde não há mais o medo e vicejaram o diálogo, o debate e a discordância. Desta forma, as realizações começaram a transbordar dos relatórios.

Mais do que relacionar o aumento do acervo das bibliotecas, de equipamentos, de viaturas, de construções, de laboratórios, é preciso enfatizar a medida fundamental desta administração: a elaboração de um novo Es-

tatuto. Construído democraticamente pela participação de professores, alunos e funcionários, ele deve dar à UNESP a institucionalização das condições para que professores, alunos e funcionários realizem com plenitude suas funções. Deve ser elaborado de forma a garantir que, daqui para a frente, a Universidade independa da boa vontade das pessoas para funcionar bem.

É preciso explicitar que a nova situação vivida pela UNESP só foi possível depois da mudança da situação política do Estado, com o início do Governo Montoro. Este relacionamento da Universidade com o quadro social e político da Nação constitui uma realidade histórica concreta que muitos não querem enxergar, sonhando com uma autonomia inexistente.

No entanto, é preciso aperfeiçoar a renovação começada. A comunidade unespiana exige que as decisões tomadas pelo Congresso de Reestruturação sejam acatadas, lutando a administração central por elas quando forem votadas no Conselho Universitário. Os campi reclamam visitas periódicas alternadas do reitor e do vice-reitor para uma melhor apreensão das realidades das unidades. A implantação de uma editora da UNESP está demorando demais. Novos cursos solicitados precisam ser urgentemente instalados. A pós-graduação não pode ficar em centros exclusivos, mas se espalhar pelas unidades capacitadas. Enquanto o novo Estatuto não vem, deve ser arejado o atual com a remoção de entraves para uma maior participação de professores, alunos e funcionários.

As perspectivas da UNESP são positivas. Cabe a todos nós correspondermos ao momento histórico de transição que vivemos na Universidade. A administração central continuará merecendo a confiança da comunidade unespiana se der curso ao comportamento ativo e democrático da atualidade.

O autor é docente do Departamento de Geografia Humana e Regional, do Instituto de Planejamento e Estudos Ambientais — Campus da UNESP de Presidente Prudente.

Pensar o futuro

MARCO AURÉLIO NOGUEIRA

A UNESP mudou. Alargamento da participação e da representatividade, avanço da democracia interna, reforço da infra-estrutura material e de pessoal (retomada de obras, mais verbas, contratações). Mas sobretudo um descongestionamento dos canais de co-

municação e decisão, ainda não concluído mas certamente inquestionável. O ceticismo e a indiferença de antes, embora resistentes, começam a ser contrabalançados por uma nova esperança.

Quais os próximos passos? Como fazer para que as alterações na estruturação interna e no cotidiano da universidade sejam completadas com o encontro da identidade da UNESP? Por onde caminhar? Pois é disso que se trata: a hora é de reerguer a UNESP, tirá-la do relativo anonimato em que se encontra e inseri-la em posição de força no sistema universitário paulista e brasileiro. (Situação, aliás, não exclusiva da UNESP: todas as instituições de ensino superior — e o sistema no seu todo — conhecem problemas semelhantes.)

Tal empreendimento não é evidentemente simples. Antes de mais nada porque também temos o nosso "entulho autoritário", expresso principalmente na primitiva burocracia que sufoca o cotidiano acadêmico e bloqueia muito da agilidade necessária para qualquer projeto mais arrojado. Como toda burocracia, a nossa também se caracteriza pela capacidade de complicar ("racionalizando") o simples, reforçar competências duvidosas,

criar nódulos de poder sempre disponíveis para encarnar o "poder total". Reformar a administração e as normas processuais aparece, assim, como passo decisivo para mudar a mentalidade unespiana e fazer o descongestionamento chegar a todas as instâncias.

Mas também a desburocratização faz parte de um projeto, e este é que decide tudo. Não um projeto administrativo ou um mero "plano de governo" ou um apanhado geral de palavras de ordem e princípios abstratos, mas um projeto de universidade. Precisamos saber o que queremos realmente fazer da UNESP, para onde queremos conduzi-la. Embora não estejamos tateando no escuro, sabemos pouco a este respeito. Também aqui corremos contra o tempo: o projeto da nova UNESP será o resultado de uma complexa gestação, nascerá de uma generosa reflexão coletiva e organizar-se-á à base de opções e prioridades nem sempre fáceis de serem alcançadas. Exige, para ser formulado e principalmente para ser executado, não apenas a mobilização das energias e a participação comunitária (pois até mesmo esta tem seus critérios determinados por um projeto), mas sobretudo a produção de idéias, a análise rigorosa das condições em que se atua e

uma nova dialética no interior da vida universitária.

Em termos muito sintéticos, diria que a palavra-chave neste caso é integração. Não podemos mais aceitar que a dispersão continue a separar os professores e os estudantes (às vezes de uma mesma área!), impedindo que os problemas comuns sejam evidenciados e tratados globalmente, que os recursos sejam melhor aproveitados, que as pesquisas ganhem transparência e cheguem ao conhecimento de todos, que as iniciativas cresçam e apareçam. Já se formulou a idéia da realização periódica de simpósios e jornadas científicas por áreas, alguns dos quais já em fase de organização. Estão al as revistas da UNESP relegadas a segundo plano e à espera de um plano editorial que as reative e as transforme num eficiente instrumento de dinamização científica e cultural. Alternativas não faltam.

Além do mais, o projeto da nova UNESP deverá estabelecer uma política de ocupação inteligente dos espaços vazios existentes em São Paulo, isto é, deverá criar condições para que os institutos e faculdades articulem-se com os problemas das diversas regiões em que estão inseridos, assumam compromissos

claros com a sociedade e ingressem com face própria no sistema universitário paulista. Não adianta correremos atrás dos pólos mais avançados e esquecermos as frentes ainda mal exploradas, desconhecidas ou por demais carentes. É por isto que o nosso projeto, num certo sentido, não pode ser um, mas muitos; nossa meta deve ser: um máximo de idéias e propostas, dignificadas pelo total despreendimento para fazer opções e investir no que é mais viável.

Nada disto implica — é evidente mas é sempre bom que se diga — a despreocupação com a função básica da universidade: fornecer um ensino de alta qualidade que se-

ja universalizante sem deixar de considerar certas exigências técnicas e as realidades particulares; dar à pesquisa condições para ser útil, respeitável e rigorosamente científica; ligar-se ao povo e à sociedade, ser um fator de desenvolvimento social e uma usina de soluções para os diversos problemas do país. A universidade é um centro de reflexão e estudo aberto ao mundo em que vive. A nova UNESP certamente não fugirá deste compromisso.

O autor é docente no ILCSE — campus da UNESP de Araraquara — e coordenador da Assessoria de Comunicação e Cultura da Reitoria.

Respira-se em outro clima

CECÍLIA MAGALDI

A atuação da Reitoria, em 1985, foi marcada simultaneamente por um novo estilo de administração, por avanços nas condições de ensino e pesquisa e pelo impulso dado à prestação de serviços à comunidade. E isso não se deu por acaso, como se verá ao final desta breve análise.

É importante assinalar, de início, que se não tivesse sido adotada uma política de administração mais descentralizada e até informal, com canais abertos para exposição de situações, de reivindicações e de entendimentos, em vários níveis, e com a prática de decisões de caráter mais coletivo, por meio de comissões, estaríamos vivendo, ainda, no regime de autoritarismo e arbítrio que caracterizou as gestões passadas. E, se assim fosse, o atendimento às necessidades continuaria a ser pautado pelo favoritismo de um lado e pela marginalização de outro, considerando-se a diversidade de áreas ou de ideologias na UNESP e também a estrutura de poder ainda vigente, com seus vícios de representatividade e de direção.

Por isso é que foram bem recebidos, pelos integrantes mais imbuídos de espírito universitário, os esforços da Reitoria, já em 1985, para o estudo da reformulação dos Estatutos.

Num ano historicamente marcado pelo desencadeamento de transformações políticas e sociais no país, ficou transparente a coerência interna da postura administrativa da Reitoria, com a busca tanto da democratização como do desenvolvimento global da UNESP.

Tal coerência manifestou-se claramente na linha de prestação de serviços à comunidade, que recebeu um estímulo inovador, redundando em projetos de grande alcance social e educativo, entre outros, como o da produção e industrialização de alimentos dentro da Universidade, o da realização de exames laboratoriais para a clientela de centros municipais de saúde e do assentamento rural, em área destinada pelo Governo do Estado. Inicia-se, assim, de forma conseqüente, o cumprimento dos compromissos sociais ineren-

tes à Universidade, envolvendo alunos, docentes e comunidades, não num trabalho "avulso", facultativo, das "horas vagas", mas numa prática institucional planejada.

O conservadorismo que caracteriza não poucos setores ou grupos da universidade tem impedido, contudo, que se concretizem mais propostas e projetos de extensão e mesmo interações mais avançadas da universidade com a sociedade. Neste sentido, a participação da FCAV de Jaboticabal no assentamento rural em áreas do Município de Araraquara deve servir de exemplo a outras unidades congêneres.

As alternativas educacionais da Universidade não surgem de forma abstrata, mas originam-se das relações objetivas entre os homens, na sociedade, com todas suas contradições. Para que a Universidade cumpra seus compromissos educacionais e sociais, seus integrantes deveriam COMPREENDER melhor as articulações universidade — estrutura social. Para compreender é preciso estar CONSCIENTE, o que se dá pela DESCOBERTA e DISCUSSÃO DEMOCRÁTICA dos problemas da INSTITUIÇÃO e da REALIDADE onde ela se insere. A discussão democrática tem a ver com a ESTRUTURA DE PODER, daí que ela necessita ser democratizada. Assim, fecha-se o ciclo.

Foi certamente levando em conta esses fundamentos, interligados numa cadeia causal, que a Reitoria da UNESP estabeleceu uma linha de atuação coerente e consistente, em cada elo e no todo, propiciando um clima favorável para o trabalho.

Para que as conseqüências desse ambiente se tornem realidade na UNESP, e para que seus integrantes sintam-se realizados como profissionais e cidadãos, não basta apenas o aprimoramento da atual política administrativa.

É preciso que posições conservadoras sejam superadas e que haja progressiva e efetiva participação de seus membros na vida universitária, tal como foi aqui abordada.

A autora é docente do Departamento de Medicina em Saúde Pública, da Faculdade de Medicina — Campus da UNESP de Botucatu.

Ciência, Tecnologia e MPB em Jaboticabal

O Diretório Acadêmico "Fernando Costa", da FCAV — Jaboticabal, promove a XI SECITAP — Semana de Ciência e Tecnologia Agropecuária —, de 5 a 9 de maio. Na programação, cursos específicos para as áreas de Agronomia, Medicina Veterinária e Zootecnia.

Paralelamente — nos dias 6 a 8 — acontece o X Festival de Música Popular Brasileira de Jaboticabal, também promovido pelo D.A. Juntamente com a apresentação das músicas concorrentes, em cada noite haverá shows com os grupos "Página 1", "Os Inocentes", "Maria Angélica não mora mais aqui", "Mercenárias", "Akiras", "Coda" e "Zângoba".

XI SECITAP

Semana de Ciência e Tecnologia Agropecuária



Agropecuária: caminho para o desenvolvimento

Programação da Semana / cursos:

AGRONOMIA	MEDICINA VETERINÁRIA	ZOOTECNIA
<ul style="list-style-type: none"> Curso de graduação Atualização e conservação de produtos Curso de saúde vegetal: tratamento e prevenção Técnicas relacionadas às técnicas de irrigação Atualização de conhecimentos Prática de campo: das técnicas de manejo Atualização de produtos fitofarmacêuticos Atualização de conhecimentos 	<ul style="list-style-type: none"> Atualização de conhecimentos 	<ul style="list-style-type: none"> Atualização de conhecimentos

LOCAL: Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias — UNESP, Rodovia Carlos Tenani, km. 6 caixa postal 152 — fone (0153) 22-4000 (CEP 14570) JABOTICABAL — SP

PROMOÇÃO: Diretório Acadêmico "Fernando Costa"

INSCRIÇÕES

Acadêmicos sócios de D.A.s ou C.As. Cr\$ 80

Acadêmicos Cr\$ 80

Profissionais Cr\$ 120

5 a 9 de maio de 1986 — UNESP/campus de Jaboticabal

Seminário de Literatura em Rio Preto

O campus de São José do Rio Preto, numa promoção do Departamento de Letras Vernáculas e Clássicas, realizará o VII Seminário Regional de Literatura, nos dias 12, 13 e 14 de maio. A temática será "A Poesia" e constam da programação conferências, mesas-redondas e comunicações de pesquisa. Participam docentes da UNESP e de outras universidades.

Semana do Índio no IPEA

"O Índio — da pré-história aos nossos dias", foi o tema da 5ª Semana do Índio, realizada de 14 a 20 de abril no Instituto de Planejamento e Estudos Ambientais, de Presidente Prudente. Entre as atividades houve uma exposição de materiais arqueológicos e indígenas e uma palestra da professora Sílvia Maranca, do Museu do Ipiranga.

Professores do IAP levam música à população

Professores do IAP iniciaram em abril — com programação preparada até junho — um série de apresentações musicais no Museu de Arte Sacra de São Paulo, sempre nas tardes de sábado. No primeiro mês se apresentaram Mário Frungillo, Edmundo Villani Cortês, Nilson Lombardi e Roger Cotte. A entrada é franca, com a atividade dos professores considerada extensão de serviços à comunidade.

Ciência dos Alimentos na FCF

De 2 a 6 de junho, na Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Araraquara, será realizada a II Semana de Estudos de Ciência dos Alimentos. A promoção é do Departamento de Alimentos e Nutrição, que organizou cursos e conferências destinadas a docentes, estudantes e profissionais da área.

Professores de Física fazem Encontro

Com o duplo objetivo de conhecer e discutir a situação atual da pesquisa e do ensino de Física na Universidade e estabelecer metas para o futuro, será realizado nos dias 8 e 9 de maio, no IGCE — Rio Claro o 1º Encontro de Professores de Física da UNESP. O patrocínio é da Comissão de Atividades Culturais (CAC), com o apoio da Sociedade Brasileira de Física.

O programa será dividido em quatro etapas. Na manhã do dia 8, os docentes vão expor, em painéis, as atividades que desenvolvem em suas unidades. À tarde, debaterão as condições da pesquisa em seus múltiplos aspectos, fazendo o mesmo em relação ao ensino na manhã do dia 9.

O Encontro será encerrado à tarde, com a realização de uma reunião plenária, onde serão avaliados os resultados das discussões e elaborado um documento com propostas para o desenvolvimento e melhoria das atividades da Física da UNESP.

SIMPÓSIO

Nos dias 26, 27 e 28 de maio, também no IGCE, será realizado o 2º Simpósio de Ensino de Física de Rio Claro, com a participação de professores do 2º grau, alunos de licenciatura e pesquisadores da UNESP, USP e UNICAMP.

Encontro de professores em Araçatuba

A Faculdade de Odontologia de Araçatuba sediou, de 17 a 19 de abril, o 1º Encontro Paulista de Professores de Cirurgia, Prótese e Traumatologia Buco-máximo-facial, que teve por objetivo harmonizar programas de ensino de graduação, especialização e pós-graduação. O evento foi promovido por entidades da área: Colégio Brasileiro, Associação Nacional de Professores, Sociedade Brasileira, Associação Brasileira. A coordenação foi do Departamento de Diagnóstico e Cirurgia da Faculdade.

Editorial apresenta balanço positivo

“Indiscutivelmente, 1985 foi excelente para a Faculdade de Ciências Agrônomicas”. A afirmação está contida na abertura do editorial publicado por “O Lageado”, boletim informativo da FCA, campus de Botucatu, na sua primeira edição deste ano, onde é apresentado um balanço de 1985.

O texto aponta como principais fatores para o saldo positivo a construção da Central de Aulas e dois anfiteatros, “equipamentos essenciais a uma escola superior”, e a compra de novas máquinas e implementos agrícolas. “São ao todo sete tratores — um deles de grande porte — que chegaram em boa hora, pois a frota disponível era antiga, com sérios problemas quanto a sua manutenção e funcionamento”, diz o editorial ao informar que em 1985 a área cultivada nas Fazendas Experimentais quintuplicou.

São destacados ainda como aspectos positivos a implantação da Unidade de Informática na Agricultura e a ampliação do número de docentes e servidores.



Reitor visita campus de Franca

O reitor Jorge Nagle fez uma visita à Faculdade de História, Direito e Serviço Social — FHDSS — de Franca (foto) nos dias 12 e 13 de março, quando ministrou uma palestra, visitou dependências e manteve diálogo com a comunidade universitária.

Na palestra, (dia 12), sujeita ao tema Universidade e Democracia, o

Reitor falou sobre a situação atual da UNESP e, depois, ouviu as plataformas políticas dos candidatos a diretor daquela Unidade.

Na manhã do dia 13, Jorge Nagle esteve reunido, separadamente, com professores e alunos, e à tarde com os funcionários para debater sobre a FHDSS e a Universidade.

FCA e FMVZ instalam posto climatológico

Vem funcionando desde o começo do ano o Posto Climatológico do campus de Botucatu, instalado na fazenda experimental Edgárdia, através de um trabalho conjunto da Faculdade de Ciências Agrônomicas e da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia.

Os principais beneficiados com a instalação do Posto são os pesquisadores daquelas duas Unidades e também os do Instituto Básico de Biologia Médica e Agrícola. E os dados meteorológicos coletados ficam à disposição dos interessados no Departamento de Ciências Ambientais da FCA.

Herbário da UNESP é reconhecido

O herbário do Departamento de Botânica do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas — IBLCE — de São José do Rio Preto deu mais um passo no sentido de seu reconhecimento internacional. Isso, por que ele passou a constar da listagem dos herbários brasileiros, publicada no Boletim Botânico Latinoamericano nº 17, de outubro do ano passado.

Jaboticabal avalia docentes

Acatando proposta da Câmara de Graduação, a Congregação do Campus de Jaboticabal implantou sistema de avaliação do desempenho docente em sala de aula. A avaliação é feita pelos alunos, que preenchem um questionário formulado pela Câmara.

A idéia é dar início ao processo já neste semestre, conduzindo-se a avaliação em duas etapas, sendo uma em abril e outra em maio.

A Congregação aceitou a proposta de avaliação dos professores por acreditar que tal procedimento virá contribuir substantivamente para a elevação da qualidade de ensino na Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias de Jaboticabal.

Em Marília, aulas para concursandos

Conforme faz tradicionalmente sempre que há concursos para preenchimento de cargos docentes e técnicos na rede estadual de ensino, o Departamento de Administração e Supervisão Escolar do campus de Marília promoveu um curso de preparação ao Concurso de Supervisor de Ensino. O período foi de 22 de fevereiro a 4 de abril, num total de setenta horas/aula e contou com a participação de doze docentes.

O curso — ministrado em atendimento às solicitações provenientes de toda a região — despertou grande interesse, e teve 75 alunos matriculados, provenientes de vinte cidades da região de Marília.

Seminário discute universidade multicampi

Foi realizado nos dias 13 a 16 de abril, em Salvador, o 2º Seminário sobre Universidade Multicampi, promovido pela Universidade do Estado da Bahia, Universidade de Quebec (Canadá) e Organização Universitária Interamericana.

O tema do encontro — “A Universidade e sua contribuição ao desenvolvimento regional” — foi debatido por representantes de várias universidades com características geográficas semelhantes às da UNESP: vários campi distribuídos ao invés de um único central.

O reitor Jorge Nagle, também participante do Seminário, proferiu uma palestra sobre o tema “O Regional: anotações”.

IPEA tem novo diretor

Desde o dia 24 de março, o Instituto de Planejamento e Estudos Ambientais — IPEA —, de Presidente Prudente, tem um novo diretor. Trata-se do professor Marcos Alegre, aposentado na UNESP mas que estava trabalhando na Universidade Estadual de Londrina.

Geógrafo, especialista em cartografia, o professor Marcos Alegre foi o mais lembrado pelos professores, alunos e funcionários do IPEA, que entregaram uma lista a título de sugestão para a Congregação.

Esta também o colocou em primeiro lugar na lista triplíce encaminhada ao Reitor, que ratificou a escolha.

A professora Myrtes da Fonseca Pinto, que vinha exercendo a direção desde a aposentadoria do professor Antônio Assis de Carvalho (ex-diretor), voltou às funções de vice-diretora do IPEA.